Por que Marina não pode dizer a verdade?

15/09/2014

JUAREZ GUIMARÃES

Evitar dizer a verdade, contorná-la, ou simplesmente silenciar sobre ela, é um princípio básico de sobrevivência da candidatura que não é mais o que era.

O primeiro alerta partiu do deputado federal Jean Wyllys, do PSOL, em carta aberta dirigida à Marina Silva no dia 30 de agosto: “Bastaram quatro tuites do pastor Malafaia para que, em apenas 24 horas, a candidata se esquecesse dos compromissos de ontem anunciados em um ato público transmitido por televisão e desmentisse seu próprio programa de governo, impresso em cores e divulgado pelas redes. É com essa autoridade de quem agiu de boa fé, que agora digo: Marina, você não merece a confiança do povo brasileiro. Você mentiu a todos nós e brincou com a esperança de milhões de pessoas”. A explicação dada pela campanha de Marina foi totalmente inconvincente: teria sido um erro de edição, de quem formatou o programa!

Agora, vem o juízo do respeitado colunista Jânio de Freitas, documentando inverdades ditas várias vezes por Marina sobre três questões importantes: o pré-sal, os transgênicos e a relação entre suas opiniões políticas e religiosas. “Há uma lenda de que sou contra os transgênicos. Mas isto não é verdade”, disse Marina em entrevista a William Bonner e Patrícia Poeta. Jânio de Freitas registra que apenas uma pesquisa entre os anos 1998 e 2002 revelou que Marina não só fez seis discursos contra os transgênicos como apresentou um projeto de lei proibindo-os inicialmente por cinco anos. Argumentava com base “em cinco referências bíblicas”, “tendo em vista o lado espiritual”.

Da mesma forma, Jânio documentou várias declarações públicas recentíssimas da candidata contra o pré-sal. E, ao final de seu breve juízo, afirmava que Marina parece confirmar a fórmula de que se “deveria esquecer tudo o que antes havia dito”.

Agora, no dia 11 de setembro, vem a repórter Letícia Fernandes, de O Globo, documentar que Marina mentiu na sabatina feita pelo jornal. Marina afirmou que havia dado, quando era senadora, um parecer contrário ao projeto do deputado Filipe Pereira (PSC-RJ) que exigia “a obrigatoriedade da manutenção de exemplares da Bíblia Sagrada nos acervos das bibliotecas públicas “. “Me deram um relatório de um projeto que obrigava a colocar bíblias em todas as bibliotecas. Eu dei parecer contrário”, afirmou a O Globo. A pesquisa da repórter comprovou que Marina não deu o parecer contrário.

Não é razoável também pedir a alguém que acredite, como Marina repetiu várias vezes, que a sua relação com uma das principais herdeiras do Banco Itau, que coordenou o seu programa de governo e que a teria convencido da necessidade de defender a autonomia do Banco Central, seja por afinidades eletivas apenas como educadoras. Essa relação desinteressada tornou-se completamente inverossímil depois que se revelou que a amiga bancou 83 % das verbas, um milhão de reais, em 2013 do Instituto que Marina dirige e que lhe garante a sobrevivência.

Aliás, Marina não parece ter dito a verdade quando respondeu aos repórteres que não podia revelar os clientes nem quanto lhe pagaram por proferir palestras nos últimos anos porque estes clientes lhe exigiam cláusulas de confidencialidade. Uma pesquisa feita pelo jornal O Estado de São Paulo revelou quem eram estes clientes: grandes bancos, empresas e seguradoras como o Santander, o Banco Crédit Suisse, a multinacional Unilever, a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização, faculdades neoliberais. E, ao contrário do que Marina afirmou, confidenciou ao repórter um banqueiro: quem pedia cláusula de confidencialidade era a própria Marina !

O antigo tesoureiro da campanha do PSB, Márcio França, candidato a vice-governador na chapa de Alckmin, não parece ser também um representante da "nova política". Ele certamente não disse a verdade quando declarou à imprensa que os documentos do avião em que viajava Eduardo Campos e seus companheiros não podiam ser apresentados porque estavam dentro dele e teriam sido provavelmente destruídos na queda. Como se documentou fartamente depois, na verdade, o avião havia sido comprado com notas frias e laranjas por empresas fraudulentas.

E muito menos o novo tesoureiro da campanha de Marina, agora diretamente indicado por ela, Álvaro de Souza, parece indicar novos rumos na política. Ele é ex-presidente do…City Bank no Brasil! Haja "nova política"!

Marina parece querer ocultar a verdade de seus eleitores quando declarou que não subirá aos palanques nem de Alckmin em São Paulo nem de Lindhenberg no Rio. É uma forma de não querer misturar sua imagem à "velha política" e mostrar eqüidistância em relação ao PT e ao PSDB. Mas ela combinou, então, com o deputado Beto Albuquerque, seu vice, para ir ao primeiro programa de TV Alckmin no horário eleitoral gratuito manifestar o seu apoio ao governador do PSDB? Ou ele agiu contra a sua opinião no principal colégio eleitoral do país? Aliás, Marina sabe, já que foi inclusive noticiado na imprensa, que este deputado federal pelo PSB do Rio Grande do Sul teve a sua candidatura financiada pela empresa Monsanto, principal interessada na aprovação dos transgênicos, e até por fabricantes de armas! É ele, então, um representante da "nova política"?

Marina não diz a verdade nem quando acusa o PT, partido no qual se formou e militou durante 27 anos: Paulo Roberto teria sido indicado pelo PT "para assaltar os cofres da Petrobrás'. Ora, este indivíduo ocupou cargo de direção na Petrobrás desde 1995, durante o primeiro governo FHC, e foi demitido no dia 19 de abril de 2012 por Graça Foster, indicado por Dilma para a presidência da Petrobrás.

O que não pode mais ser escondido

Ricardo Noblat, certamente um dos jornalistas com informações mais confiáveis sobre o que se passa na cúpula do PSDB, noticiou que a firme opinião de Fernando Henrique Cardoso era de que Aécio não deveria criticar Marina, deveria, ao contrário, renunciar à sua candidatura à presidência e apoiar já Marina no primeiro turno. Aécio resistiria a esta decisão por ter esperanças de ainda poder salvar de uma derrota arrasadora o candidato do PSDB ao governo Ora, como se documentou fartamente em artigo publicado em Carta Maior, "A "nova' Marina é criatura de FHC", o paradigma de programa, os economistas mandatados, a nova direção política de sua campanha, os financiadores e tesoureiros, seus argumentos e sua linguagem estão diretamente inseridas no campo político e intelectual organizado por FHC. Mas Marina não pode reconhecer esta ligação tão orgânica porque viria abaixo a sua identidade de ser a protagonista de uma "nova política" que visa superar a polarização PSDB e PT. Daí que esta relação íntima tenha de ser permanentemente escondida ou negada aos eleitores.

Mas uma contradição ainda mais explosiva tem de ser o tempo todo administrada por Marina. De um lado, ela afirma compromissos em aumentar os recursos do governo federal para a educação, para a saúde, para o Minha Casa Minha Vida, para o Bolsa Família, o valor do salário-mínimo , o emprego etc. Do outro, cada vez que falam os economistas mandatados por ela, Eduardo Gianetti e André Lara Resende, dois economistas neoliberais cujo radicalismo cheira à barbárie, é o inverso o que dizem. É como se Marina dissesse ao mesmo tempo: "odeio futebol mas não perco um jogo do Flamengo!". Ou melhor: meu compromisso é com os pobres .. mas só gostar de andar atualmente com grandes banqueiros!.

Marina leu o que disse Eduardo Gianetti na entrevista publicada na capa do jornal Valor Econômico, de 6 de setembro, quando este afirmou com todas as letras "que os compromissos na área social assumidas pela candidata do PSB serão cumpridos à medida que as condições fiscais permitirem ? " E que " esses compromissos se distribuem no tempo. É um erro grave imaginar que o que está colocado no programa vá se materializar no primeiro orçamento"?

Marina ouviu a palestra pública proferida por André Lara Resende que uma "boa economia não pode ser feita com bons sentimentos" e que, ao invés de se ajudar os pobres do Nordeste, é preferível investir na educação? Será que ela leu que em seu programa está escrito que a legislação trabalhista que protege os direitos dos trabalhadores brasileiros deve ser superada ou contornada, como estão denunciando os principais representantes da tradição jurídica do Direito do Trabalho no Brasil?

De novo: Marina não pode fugir da contradição porque ela é, a sua própria candidatura, a contradição. Tem que documentar que ela é confiável e, como se diz em linguagem neoliberal, "amiga do mercado financeiro", mas, ao mesmo tempo, tem de cultivar a adesão dos que querem direitos sociais mais universalistas e de melhor qualidade. Isto é, está impedida de dizer a verdade.

Violência e ilusão

A violência, todo o sentido anti-democrático e anti-popular, da principal proposta de Marina Silva para a economia – a chamada "autonomia" do Banco Central – é revelada quando se documenta que o Brasil já teve um Banco Central autônomo. Este era um sonho antigo dos econômistas liberais ortodoxos brasileiros como Eugênio Gudim, Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos desde os anos quarenta do século passado, que travaram desde sempre uma luta de vida ou morte contra Celso Furtado e as tradições desenvolvimentistas brasileiras.

Eles conseguiram realizar este sonho exatamente com o golpe militar de 1964: a reforma bancária logo anunciada pelos golpistas transformava a antiga Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) em Banco Central e concedia autonomia para as autoridades monetárias. A diretoria do Banco central era composta por quatro membros, escolhidos dentre seis membros do Conselho Monetário Nacional, com mandatos fixos de seis anos.

Denio Nogueira, o primeiro presidente do Banco Central, era consultor do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro e da ALALC (Associação Latino Americana para Livre Comércio) e desde os primeiros anos da década de sessenta passou a fazer parte do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais). Enquanto o IPES era o órgão que disseminava propaganda para justificar o golpe militar, o IBAD era encarregado de manipular os recursos para financiar e corromper candidatos comprometidos com o golpe na democracia. Depois de cumprido o seu mandato interrompido pelos generais – promoveu uma forte desvalorização cambial, que lhe provocou forte desgaste, tendo sido chamado junto com Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões de "trindade maldita" – Denio Nogueira foi representante no Brasil do grupo Rotschild and Sons, indicado por Eugênio Gudin, mostrando que desde o início houve forte intimidade entre diretores do BC e os grandes grupos financeiros internacionais.

É claro, a candidata Marina nada sabe disso. Faz parte do ator político transformista devorar o passado, inclusive o próprio, e inscrever-se em um tempo messiânico que promete o novo. Isto é para ele uma necessidade já que não pode explicar a razão de sua mudança, as rupturas que teve que fazer e os novos

compromissos que teve de assumir.

Toda a violência da ação transformista de Marina está inscrita nesta passagem da política de opiniões fundamentalistas sobre temas da moral – por definição, o fundamentalista é aquele que defende verdades para além dos séculos e das circunstâncias – para a política pragmática, que, por definição, é aquela que ajusta a sua política à necessidade de vencer a todo custo.

Uma política carismática deve oferecer ao seu público as provas de sua autenticidade. Se a autenticidade lhe é desmentida, o carisma vem abaixo. Mas a verdade – uma relação clara e nítida com os seus eleitores – é, como procuramos demonstrar, o que Marina não pode mais representar.

Na política, assim como na vida, há momentos em que é preciso defender as pessoas que já amamos e cujo passado admiramos do que elas vieram a ser e fazer contra a dignidade da sua própria memória. Se Marina hoje não nos pode dizer a verdade, é preciso – é absolutamente necessário – que sejamos capazes, democraticamente e de modo sereno, dizer a verdade à Marina.

Artigo originalmente publicado em Carta Maior.

Compartilhe nas redes: